

Ajuste fiscal pode atrapalhar pacto

■ Benevides teme que aprovação acabe com lua-de-mel da sociedade com Congresso

Luiz Antônio — 26/6/92

BRASÍLIA — A parte polêmica do pacto de governabilidade em apoio a Itamar Franco é a proposta de ajuste fiscal. Mal começaram as articulações a favor do entendimento e o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), revelou seu maior temor: de que o ajuste fiscal indisponha os políticos com a sociedade civil, interrompendo a lua-de-mel do período pós-impeachment.

“O Congresso não pode se configurar num casulo de lideranças sem ouvir a sociedade”, defendeu o senador Mauro Benevides, para salientar em seguida: “A sociedade pode fazer restrições ao Congresso Nacional por causa do ajuste fiscal.” Ele quer que as entidades civis — como CNBB, OAB, CNI e os sindicatos — participem da discussão do projeto. “A sociedade precisa entender o que é o ajuste fiscal.”

Benevides destaca que o momento por que passa o país é singular. Ele garante que não há forças contra o presidente Itamar Franco no Congresso Nacional, o que recomenda pressa para aproveitar esse apoio. “O que se sente no momento é a unanimidade, e não podemos frustrar as expectativas do próprio governo, de retomar o crescimento através do aporte de recursos que virá do ajuste fiscal”, ponderou.

Benevides quer o Legislativo à frente das articulações do pacto de governabilidade pela administração Itamar Franco. Tanto que não pretende esperar o resultado do encontro dos presidentes de partidos com o presidente da República, na sexta-feira.

Ele quer se reunir ainda hoje com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e com as li-



Benevides: impeachment atrasou pacto que agora pode ser rearticulado

deranças governistas, para acertar a pauta de negociações e fazer os primeiros contatos com entidades representativas da sociedade organizada.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional começa no dia 11, com previsão de término para o final deste mês. Mas, antes mesmo de ser oficializada, poderá ocorrer uma prorrogação do prazo até 11 de fevereiro.

É a expectativa de Benevides, lembrando que há pontos do ajuste fiscal que dependem de emenda constitucional. “Queremos ouvir as entidades civis da sociedade sobre o que se deve ou não manter no ajuste e, no caso da necessidade de emendas, há dois turnos de votação, com um intervalo de cinco sessões ordinárias (cinco dias) entre cada turno.”

Arrancada para o entendimento

Vinte e cinco dias depois de ter lançado a idéia do pacto pela governabilidade, o senador Mauro Benevides retoma as articulações. “Devemos dar a grande arrancada em busca do apoio da sociedade civil”, defendeu. Benevides salienta que a iniciativa não prosperou antes por conta da tramitação do processo de impeachment de Collor. Agora, avalia, o momento volta a ficar oportuno, depois de o presidente Itamar Franco ter definido as metas de seu governo. “Com isso, a tese da governabilidade ganhou mais consistência”, avaliou.

“Falei com o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), por telefone, e ele ficou animado. Disse que está de pleno acordo com minha idéia”, contou Benevides. Ele admite, porém, que todos reconhecem que a pauta de discussões é “complexa e complicada”. Além do ajuste fiscal e do orçamento, os parlamentares devem decidir o destino de projetos polêmicos: modernização dos portos, lei de propriedade industrial, lei partidária e reforma agrária.

O senador destaca que um trabalho desta magnitude não pode ser feito apenas pelo Congresso e a Presidência. Por isso mesmo, serão chamadas a opinar a OAB, a CNI, as centrais sindicais, a UNE e a CNBB. O senador garante que representantes destas entidades serão convidados a discutir cada projeto. “Queremos repetir mecânica semelhante à da CPI do PC, em que a participação da sociedade foi decisiva.”